



## A REVOLTA DA CASA DOS ÍDOLOS: O PASSADO COMO ALEGORIA DO PRESENTE

SANTOS, Donizeth  
(Faculdade de Telêmaco Borba – FATEB)

**RESUMO:** O artigo apresenta uma análise da relação alegórica que pode ser estabelecida entre o drama histórico *A revolta da casa dos ídolos*, do escritor angolano Pepetela, que é ambientado no início do século XVI no antigo reino do Congo, e o contexto político angolano de 1979, período em que a obra foi escrita, bem como estabelece relações entre ela e *Mayombe*, outra obra literária do escritor publicada no mesmo período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Literatura angolana; drama histórico; alegoria.

**ABSTRACT:** This article presents an analysis of the allegoric relation that can be established between the historical drama *A revolta da casa dos ídolos*, from the Angolan writer Pepetela, which takes place in the beginning of sixteenth century at ancient kingdom of Congo, into the Angolan political context of 1979, a period in which the work was written as well as establishing relationship between it and *Mayombe*, other literary work from the writer, published in the same period.

**KEYWORDS:** Angolan literature; historical drama; allegory.

O drama *A revolta da casa dos ídolos* (1980), do escritor angolano Pepetela, é uma obra de caráter histórico, pois é ambientada num passado bem distante do momento de sua escrita, retratando um momento importante da história do antigo reino do Congo, ao abordar uma revolta ocorrida em 1514. Por essa característica, ela pode ser considerada um drama histórico, conforme a teorização realizada por Georg Lukács (1966), e também pode ser classificada no que chamamos obras literárias de fundação pelo fato de abordar uma sociedade angolana quase pré-colonial, representando literariamente as origens da atual sociedade angolana e assim oferecendo uma “concreta pré-história do presente” (LUKÁCS, 1966, p. 371).

No entanto, engana-se quem pensa que Pepetela faz uma reconstrução social típica do período e da sociedade abordada, enfatizando no texto literário os costumes, as tradições e o modo de pensar dos congolezes, características comuns

nas obras de caráter histórico e de fundação, às quais relacionamos *A revolta da casa dos ídolos*. O que escritor faz é uma abordagem extremamente política dessa sociedade. A história é apenas um pretexto para ele realizar uma profunda análise do poder, uma análise que não fica restrita ao tempo passado, ela pode ser alusiva ao período de vida do autor, podendo ser relacionada, de forma alegórica, às crises pós-independência pelas quais passou o governo angolano.

Numa entrevista a Michel Laban, ao ser questionado sobre as relações entre o escritor e o poder, Pepetela comenta a escolha do passado como um recurso para tratar de assuntos políticos contemporâneos sem correr grandes riscos de má interpretação:

Isso é um tema grande e que muitas vezes não é fácil conciliar. Uma forma de tratar isso de maneira indirecta é ter recurso ao passado – situar no passado -, que é o que eu fiz agora, nesse livro que acabei agora (*Lueji*). Exactamente *A revolta da casa dos ídolos* é outro exemplo, uma análise do poder, mas situando em outras épocas que podem ser facilmente transpostas para a actualidade, mas sem certos perigos – perigos de má interpretação – porque, realmente, é um tema que é sempre muito quente, que pode ser interpretado de muitas maneiras. (LABAN, s.d., p. 805-806)

Nesse sentido, pelo fato da obra abordar a luta pelo poder, podemos afirmar, tomando por empréstimo uma expressão utilizada por Irving Howe (1998), que o *milieu* político é o cenário dominante nela, ou seja, as ideias políticas predominam em relação à história, ficando esta apenas com a função de elemento causador da reflexão política.

Ora, sabemos que o entrelaçamento entre história e política é comum na literatura, como elementos internos que se internalizam no texto literário, conforme aceção de Antonio Cândido (2000). Tanto os romances e dramas históricos possuem um grande percentual de acontecimentos e discussões políticas em suas páginas quanto a maioria dos romances políticos<sup>1</sup> precisam da história para o diálogo e a discussão política. Assim, por esse viés, *A revolta da casa dos ídolos* não apresentaria nada de novo, se não fosse por essa abordagem atemporal da política que Pepetela faz.

Desse modo, ao contar uma história antiga referindo-se ao presente, ele está se utilizando de uma escrita alegórica no sentido concebido por Walter Benjamin que, conforme Flávio Kothe (1976, p. 29) é “a escrita que significa o seu outro, a escrita que é o não-ser do que representa” pelo fato da alegoria significar “dizer o outro” de forma que “nela cada elemento quer dizer outra coisa que não o seu sentido original” (KOTHE, 1986, p. 52). Assim, há um “significado primeiro, aparente, e aquele significado outro, mais verdadeiro, que lhe é subjacente” (KOTHE,

1986, p. 18).

Vejamos, primeiramente, alguns aspectos que permearam a escrita de *A revolta da casa dos ídolos*, um livro considerado por Pires Laranjeira (1995, p. 145) “importantíssimo para a interpretação do pensamento crítico de Pepetela no tocante à política do seu país”, com a ressalva de que essa importância ainda não foi totalmente reconhecida.

Pelo fato de encenar um passado distante e pela quase inexistência de documentos históricos, o escritor teve algumas dificuldades para a elaboração do texto, obstáculos que acabaram sendo benéficos, pois permitiram ao escritor total liberdade de criação. Na entrevista a Michel Laban já referida anteriormente, ele comenta o processo de criação da obra e as dificuldades encontradas para sua elaboração:

Construí a peça a partir de uma frase que existe na *História de Angola* feita em Argel, que é do Abranches, que dá o nome a essa revolta que terá havido – ele leu no Cavazzi ou no Cadornega uma referência qualquer a essa revolta. E não se sabia mais nada sobre isso, e acho que até hoje não se sabe mais nada sobre essa revolta. Foi a partir daí... Aí está um tema bem preparado, bem feito, para sobre ele uma pessoa inventar o que quiser, ter toda a liberdade de criação sobre isso... Não havia nada. Então li alguns livros de história, só para situar mais ou menos o ambiente. (PEPETELA apud LABAN, s.d., p. 794-795)

Foi exatamente essa falta de dados históricos que possibilitou a Pepetela escrever uma obra ambientada num passado quase remoto com os olhos voltados para o presente. Para Malgorzeta Czart (2009, p. 434), “esse fato histórico tornou-se apenas um pretexto para inventar a sua própria versão dos acontecimentos que lhe servissem de base para discutir problemas da sociedade angolana contemporânea.”.

Já no início do Primeiro Ato do texto, o autor justifica o preenchimento das lacunas históricas pela imaginação artística. Na fala do 1º Apresentador, fica evidente que o texto não se pautará por seguir a verdade histórica, em parte em razão do quase total desconhecimento que se tem sobre a sociedade congoleza do início do século XVI.

#### 1º APRESENTADOR

(*Para o público*): Talvez nem tudo nesta peça corresponda à verdade histórica. Dirão os entendidos que tal detalhe ou tal outro não se terá passado assim, que certa personagem nunca existiu, que outra não poderá ter tido o papel que aqui desempenha, etc.

/.../

### 1º APRESENTADOR

Sobre o Reino do Kongo, no princípio do século XVI, há quase quinhentos anos, somos tão ignorantes, tão ignorantes, que o melhor é seguir o exemplo daquele sábio que nos ensinou olhar para a floresta e não tentarmos ver as árvores uma a uma, senão perdemo-nos. (PEPETELA, 1980, p. 13-14)

Á seguir a essa justificava, também através da fala do 1º Apresentador, o autor explicita o caráter extremamente político do texto histórico, afirmando que a verdade histórica que importa é que naquela época o povo se revoltou contra o poder dominante e o abalou:

### 1º APRESENTADOR

(*Notando a presença do outro*): Ah, sim, sim... O que interessa, e isso é verdade, é que por aquela altura mais uma vez o Povo se revoltou e abalou o poder, naquilo que um historiador com imaginação chamou (*aponta para o pano que começa a subir*): A REVOLTA DA CASA DOS ÍDOLOS. (PEPETELA, 1980, p. 13-14)

Além da questão da verdade histórica, as modernas ideias políticas das personagens também foram motivos de críticas ao autor e ele mesmo reconhece que não teve a intenção de criar personagens que pensassem como as pessoas do século XVI pensavam:

Aliás, fui muito criticado porque os personagens pensavam de forma demasiado moderna para a época... Claro, não tive a intenção de pôr os personagens a pensar à moda do século XV ou XVI... Nem ninguém sabe como é que os congolezes da época pensavam... (PEPETELA apud LABAN, op. cit., p.795)

Na própria obra Pepetela também esclarece a contemporaneidade do pensamento dessas personagens, como podemos observar na fala do 1º Apresentador, no Primeiro Ato:

É a floresta que faz a árvore ou árvore que faz a floresta? Oh, claro, a figura de Nanga está destinada a ser controversa. Seria possível que um Nanga tivesse ideias tão próximas das nossas? (PEPETELA, 1980, p. 14)

Esses foram, portanto, alguns entraves encontrados pelo escritor para a composição da obra e que lhe valeram algumas críticas por não ser fiel à verdade

histórica e por criar personagens, que viveram há cinco séculos, com idéias contemporâneas.

Dessa forma, a partir do conhecimento do nome da revolta encontrado no texto histórico, Pepetela cria um texto dramático em que ela teria sido causada pela proibição do culto animista dos fetiches africanos (ídolos de madeira) feita pelos padres portugueses e seus aliados da aristocracia do reino do Congo. Os objetos apreendidos seriam guardados numa casa para depois serem queimados pelos sacerdotes católicos.

No entanto, o aspecto religioso que aparentemente é o elemento causador da revolta rapidamente é sufocado pelo aspecto político, pois, Nanga, o protagonista da obra, se transforma num líder popular que busca conscientizar o povo que a sua força não está nos amuletos africanos apreendidos para serem queimados, e sim na união de todos os explorados pela tirania. Ajudado por Masala, um aristocrata dissidente, ele procura mostrar às pessoas que se elas se unirem não haverá mais tirania no reino do Congo. Vejamos um trecho em que Nanga tenta conscientizar o seu tio, o ferreiro Nimi:

Não seja injusto, tio Nimi. O que eu descobri é muito simples. De que tem o Rei medo? De nós, do povo. Somos nós que temos toda a força. Dizem que quem tem a força são os manis<sup>2</sup>. Mas os manis são uns vinte mais as suas famílias, o Rei é um mais a sua família. Os exércitos dos manis são fortes. Mas quem são os exércitos dos manis? Quem faz as armas para os exércitos? Somos nós, os artesãos, e mais os camponeses, como estes nossos amigos que vêm cá a casa protestar contra os padres e contra o Rei. A nossa força está aqui, em nós próprios, no tio Nimi, no Masala, no Ntumitangua, nos camponeses que são roubados. Se estivermos todos juntos, ninguém pode contra nós. A força não está nos amuletos dum lado ou de outro. A força está nos nossos braços, por um lado, e nos canhões dos portugueses, por outro lado. É só isso que descobri. E tenho que dizer às pessoas para que elas acreditem e não tenham mais medo. (PEPETELA, 1980, p. 76)

Porém, para que o povo chegue ao poder, conforme o desejo de Nanga, há um grande obstáculo: a aristocracia do Congo representada pelos manis que manipulam o poder em prol de seus próprios interesses. Para eles, o modelo de revolução propagada por Nanga e Masala não é conveniente, pois isto seria o fim dos seus privilégios de casta. No diálogo entre os revoltosos com os manis Mani-Vunda e Muxebata vêm à luz os interesses dos aristocratas, impossibilitando completamente um acordo entre eles.

MUXUEBATA

E então que lhes dizes, tu que tanto pareces conhecer o povo?

MASALA

Que a escravidão é proibida a partir da queda de D. Afonso.

MUXUEBATA

O quê?

MASALA

Isso mesmo. Nenhum homem, mesmo mani que seja, tem o direito de vender outro homem.

NANGA

Um homem não pode ser propriedade de outro homem.

Sim, o povo isso compreende.

MASALA

É o que quer...

MANI-VUNDA

Sabem o que estão a pedir?

NANGA

E não é só isso. Os tributos que as aldeias pagam aos manis serão abolidos.

MUXUEBATA

O quê? Estão loucos? Com quem fomos nos meter...

MASALA

Não estamos nada loucos. Sabemos o que o povo quer e só isso o fará lutar, não só contra o Rei mas contra os exércitos dos manis das províncias. Contra o Rei é fácil, mas contra os outros exércitos é mais difícil. Só teremos o apoio total do povo e dos próprios soldados dos exércitos se acabarmos com a escravatura e os tributos. Os camponeses não suportam mais.

MUXUEBATA

E desaparece o Kongo...

/.../

NANGA

Podemos propor uma coisa. Se estas duas ideias principais forem aceites por vocês, marcharemos juntos. E damo-vos o comando.

MASALA

E o poder...

MUXUEBATA

Para com ele fazer o quê?

NANGA

Nós só sabemos o que povo quer. Pouco percebemos de comandar e dirigir.  
Vocês são mais experientes. Alguém tem de ficar no poder. Ele é vosso...

MASALA

Só mais uma condição

MANI-VUNDA

Mais uma condição?

MASALA

Ela é importante. Que numa reunião na praça digam ao povo que passam a comandar a luta contra D. Afonso. E que, mal ele caia, os tributos e a escravatura são abolidos do Reino.

MUXUEBATA

Dizer isso em público?

NANGA

Como saberemos então que as condições serão cumpridas?

MUXUEBATA

Isto é de mais! Mani-Vunda, vamos embora. Estes loucos querem destruir o Kongo

(PEPETELA, 1980, p. 117-120)

No diálogo fica evidente que os interesses dos manis são totalmente contrários aos anseios do povo, pois com a proibição da escravatura, que representava um vantajoso comércio para eles, e a abolição dos tributos recebidos da população perderiam seus privilégios até então intocáveis. Assim, não há conciliação possível, pois para isso os aristocratas teriam que cortar na própria carne e abrir mão de regalias que tradição lhes outorgava há séculos. Vejamos a feliz observação feita por Antonio Hildebrando sobre a representação que Pepetela faz do sistema político do Congo, ressaltando o quanto a tradição pode ser um entrave para o estabelecimento de um regime justo e democrático:

Com o grupo dos aristocratas mostra-se a complexidade do sistema político do Congo na época da chegada dos portugueses. O Mani-Vunda é o poderoso guardião dos espíritos do sul, chefe do colégio dos eleitores, o primeiro eleitor do reino. O discurso da tradição, em sua boca, é a maneira de Pepetela mostrar como a tradição torna-se, na mão dos poderosos, elemento de manutenção de uma ordem injusta e mantenedora de privilégios, enfim, um entrave para a transformação desejada. (HILDEBRANDO, 2002, p. 289-290)

Dessa forma, como os interesses em jogo são grandes e as perdas para a aristocracia serão maiores ainda, caso o povo tome o poder, é necessário abortar a revolta de qualquer maneira:

MUXUEBATA

Podia correr tudo tão bem se não fossem aqueles dois...

MANI-VUNDA

Matam D. Afonso e a população toma o poder. Que desgraça para o Kongo, o poder nas mãos da população...

MUXUEBATA

É preciso retardar a revolta.

MANI-VUNDA

E como?

MUXUEBATA

Não sei. O Mani-Vunda é que terá...

MANI-VUNDA

Só vejo uma solução: liquidar os dois.

MUXUEBATA

É isso. Liquidar os dois. (PEPETELA, 1980, p. 135)

Assim estava decretada a sentença para Nanga e Masala e selada a sorte da revolta. O primeiro é assassinado e o segundo é preso e enviado como escravo ao Mani-Soyo. Os populares, sem a presença de seus dois líderes, perdem a força e se tornam presas fáceis aos soldados portugueses. Muxuebata e Mani-Vunda, depois de terem eliminado Nanga e Masala, tentaram tomar seus lugares como líderes e se tornarem senhores do reino do Congo, mas também não tiveram melhor sorte.

(Os soldados entram dos dois lados, comandados pelo capitão português. Pânico entre os populares. Muxuebata é o primeiro a fugir. O Mani-Vunda rasteja entre a confusão e escapa. Temona, Ntunitanga e o jovem lutam. Os outros, desarmados, apenas tentam fugir. Uns tantos conseguem, outros são agarrados. Uma mulher jaz morta.) (PEPETELA, 1980, p. 153-154)

Ao final do texto, antes da rubrica indicar o "cai o pano", soa a voz de Kuntuala, o Futuro, para indicar que há ainda uma pequena luz de esperança num futuro distante:

*(Falando sem gestos lentamente, muito lentamente):* Chamam-me Kuntuala. O Futuro. Nanga foi morto, os seus derrotados. Resto eu, o futuro. Nada vejo senão sombras. Por todo lado, as sombras do luto, da escravidão, da dor. /... / *(Pausa. Uma estrela amarela, pequena, é projetada no fundo do palco)* No fundo, lá no fundo, vejo uma luz. Uma luzinha débil, tão tímida, como se fosse das últimas estrelas que se escondem por trás da Lua. É a única luz que se avista neste universo de sombras. Será a luz de Nanga, aquela que ele perseguia? Sim, é ela. Existe, afinal. Mas está tão afastada, que nem os netos dos meus netos a poderão alcançar. Não importa! É a luz de Nanga! *(A estrela vai crescendo à medida que Kuntuala fala. Aumenta também a firmeza da voz).* Alguém um dia a alcançara. Alguém rasgará as sombras que se adensam sobre esta terra e as atirará num feixe para o passado. Sim, a luz de Nanga brilhará como um Sol por esta terra toda. Sinto. Sei. Muito longe, dentro de mim, mas dentro, Kuntuala, o futuro. (PEPETELA, 1980, p. 157)

O fato da revolta ter sido sufocada pelos soldados portugueses e não pelos exércitos dos aristocratas do Congo, e Kuntuala, o Futuro, ver uma pequena e longínqua luz, que um dia brilhará como um Sol, faz com que o sentido do texto esteja relacionado à luta de libertação nacional contra o colonialismo português, que seria o “significado primeiro, aparente (KOTHE, 1986, p. 18) da alegoria. Mas qual seria então “aquele significado outro, mais verdadeiro, que lhe é subjacente?” (KOTHE, 1986, p. 18).

Pires Laranjeira relaciona *A revolta da casa dos ídolos* à tentativa de golpe empreendida pelo dissidente Nito Alves, que culminou no sangrento 27 de maio de 1977, um episódio que deixou cicatrizes profundas na história angolana e um saldo de mais de 20 mil mortos. Levando-se em conta o desfecho trágico da revolta idealizada por Masala e Nanga, com a eliminação dos dois líderes, um assassinado e o outro escravizado, antes mesmo que a revolta acontecesse, é mais do que plausível a relação estabelecida por Laranjeira entre as duas tentativas de golpe, separadas por quase cinco séculos. De acordo com o professor português:

A peça foi escrita em 1979, dois anos depois da falhada tentativa de golpe de Estado de Nito Alves, um ex-chefe guerrilheiro célebre que, após a independência, ganhou apoio popular nos musseques de Luanda, sobretudo entre a juventude, e pretendia o saneamento do aparelho de Estado e do MPLA para levar a revolução popular ao poder, quando se estava em guerra contra vários inimigos. Abortado o golpe, como na peça, sucederam-se as perseguições, prisões e execuções sumárias, como publicou Felicia Cabrita, num artigo no semanário *Expresso* (Lisboa, 25 de janeiro de 1992), resultando num banho de sangue que teve a conivência das altas instâncias do Partido e do Governo, incluindo o Presidente. Calculam-se entre 20 e 30 mil mortos, em

grande parte em valas comuns. Muitos dos apoiantes de Nito Alves eram quadros jovens, trotskistas, maoístas, anarquistas e de outras correntes não toleradas ou muito mal vistas pelo poder hegemônico. A peça de Pepetela pode ser entendida como uma parábola sobre esse sangrento 27 de maio de 1977 que abalou a traumatizou sociedade angolana. (LARANJEIRA, 1995, p. 145-146)

Nito Alves era um dos militantes mais antigos do MPLA e estava ligado ao movimento de libertação desde 1961, e depois da independência chegou ao posto de Ministro do Interior no primeiro governo angolano, sendo, sem dúvida alguma, um dos homens mais importantes na estrutura de poder da Angola pós-independência, e talvez o mais popular dos líderes do MPLA, pelo fato de ter sido o organizador dos comitês populares nos musseques<sup>3</sup> de Luanda para lutar contra a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), que disputava o controle da capital com o MPLA no período de transição que se deu entre 25 de abril de 1974, a Revolução dos Cravos portuguesa que implodiu o regime colonial, e 11 de novembro de 1975, data da independência angolana.

Embora sendo um dos homens fortes do poder, Nito Alves estava descontente com os rumos da revolução e discordava da orientação política do presidente Agostinho Neto, vista por ele como sendo favorável a intelectuais brancos e mestiços. Em contraposição, ele defendia uma maior participação popular no governo, assim como o saneamento do governo e do partido.

Por conta dessa posição, ele foi acusado de fracionismo e suspenso do MPLA. Segundo Orlando Ferraz (2005), depois que Agostinho Neto suspendeu a realização de uma Conferência Nacional do Movimento, proposta por alguns de seus opositores, as suspeitas de uma rebelião comandada por Nito Alves e sua ala militar eram mais do que claras. Para Orlando Ferraz, “os movimentos preparativos de Nito Alves e sua equipe nunca passaram despercebidos pela liderança do MPLA, foram sim é menosprezados”.

Depois das expulsões de Nito Alves e José Van-Dúnem, anunciadas na reunião do Comitê Central do MPLA realizada em Luanda nos dias 20 e 21 de maio de 1977, os aparelhos de inteligência e de defesa do governo angolano trataram de desbaratar o golpe, cujo ápice se deu em 27 de maio, num episódio da história angolana que até hoje ainda não foi bem explicado. O resultado da “intentona golpista”, nome pelo qual ficou conhecida a revolta, foi, segundo Orlando Ferraz (2005), “mais de 28 mil mortos; mais de 3 mil desaparecidos; mais da metade dos oficiais superiores do Exército no activo (majores e comandantes na sua maioria) foram abatidos da forma mais selvagem”, dentre eles, certamente, os dois líderes da revolta.

As semelhanças entre as duas tentativas de golpe são grandes: tal qual Nanga, Nito Alves era um líder popular que defendia uma maior participação do povo nas esferas de poder, e José Van-Dúnem era membro de uma tradicional família angolana, assim como Masala era um aristocrata dissidente, pois era sobrinho do Mani-Soyo; bem como também são similares as dicotomias entre povo x manis (*A revolta da casa dos ídolos*) e povo x intelectuais dirigentes do MPLA na intentona de Nito Alves; além do que as duas revoltas tinham caráter popular e foram sufocadas antes de suas implosões. Dessa forma, conforme Malgorzeta Czart,

Nanga e Masala parecem simbolizar a fracção trotskista de MPLA, enquanto Mani Vunda e D. Jorge Muxebata os membros do governo de MPLA que tomaram a decisão sobre o sufocamento violento da suposta revolta dentro do partido, com uma série de detenções, aprisionamentos e execuções (CZART, 2009, p. 438).

Dado o caráter extremamente sério e grave desse episódio da história angolana, é mais do que compreensível a opção do escritor em abordar o assunto de forma indireta, num momento em que as feridas do golpe ainda estavam abertas e sangravam. Aqui é importante lembramos a declaração de Pepetela a Michel Laban (s. d., p. 805) de que naquele período ele não poderia ir tão longe, abordando abertamente em seus livros a estrutura da nova sociedade angolana pós-independente, e também não podemos esquecer que nessa época Pepetela fazia parte do governo angolano, ocupando a pasta de vice-ministro da Educação, fato que tornaria a abordagem direta praticamente impossível. Assim, conforme já expusemos no início do artigo (PEPETELA apud. LABAN, s. d. , p. 805-806), o escritor opta por realizar uma análise do poder ambientada num passado distante que pode ser facilmente transposta para a atualidade, sendo que a utilização desse recurso alegórico evitaria perigos de má interpretação devido à gravidade do tema. Segundo ele, “as intenções do escritor podem ser umas, mas também não é muito difícil virá-las ao contrário..., tentar mostrar que não eram essas intenções, mas sim outras”.

A intenção de Pepetela parece ser aquela que sempre pautou a sua escrita: “desafiar os angolanos a serem capazes de pensar” (PEPETELA apud CHAVES, MACÊDO, 2002, p.38), objetivo que o transforma num escritor engajado bem ao estilo sartreano (SARTRE, 2006), de quem escreve para desvendar o mundo ao leitor, procurando conscientizá-lo. Dessa forma, abordar um assunto distante no tempo, que aparentemente não tem nenhuma relação com o tempo presente, é um recurso utilizado pelo escritor para fazer seus contemporâneos refletirem sobre a sua realidade. Conforme a feliz observação de Malgorzeta Czart (2009, p. 434), “no início da peça, os dois apresentadores informam que não é a verdade histórica que

importa, mas as conclusões que se pode tirar sendo um observador crítico e atento”.

Outro fato importante que facilita a compreensão do pensamento crítico de Pepetela expresso *na revolta da casa dos ídolos* é que no mesmo ano da sua publicação, em 1980, também foi publicado em Angola, pela União dos Escritores Angolanos (UEA), o romance *Mayombe*, obra que havia sido escrita por Pepetela em 1971 e que trazia em suas páginas alguns alertas sobre possíveis desvios de rumo que a revolução poderia tomar.

*Mayombe* (1982), segundo o próprio autor, foi escrito para não ser publicado, pois na época da sua escrita Pepetela estava no *front* da guerra de libertação nacional e o ato de escrever servia-lhe como um meio de reflexão sobre a revolução e as contradições que seus integrantes apresentavam. Assim, o escritor sentiu-se livre para tratar de assuntos que eram tabus tanto no período da escrita quanto na época da sua publicação. Segundo ele (apud. LABAN, s.d.), se o romance fosse escrito para ser publicado talvez não tivesse a coragem de escrevê-lo tal como foi escrito, tocando em certos aspectos que eram problemas e ainda se mantinham problemas em Angola, quando o livro foi publicado.

Nesse romance, Pepetela aborda os conflitos vividos por um grupo de guerrilheiros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), numa base militar situada na floresta do Mayombe, na época da guerra de libertação nacional. Sem Medo, o intelectual e comandante da base, numa das suas reflexões sobre o projeto revolucionário, expõe a João, o Comissário Político, o seu ponto de vista crítico sobre o que viria depois da expulsão das tropas portuguesas do território angolano. Para ele, o socialismo pregado pelo movimento a que pertenciam não era obra de um dia ou da vontade de mil homens e podia levar de 30 a 50 anos para ser construído, e ao cabo de 5 cinco anos o povo poderia começar a questionar o sistema que lhe prometeu e não conseguiu acabar com as injustiças sociais. Num tom quase profético, seguindo uma linha de pensamento próxima à de Frantz Fanon expressa em *Os condenados da terra* (1979), Sem Medo aponta a possibilidade de haver contrarrevoluções no futuro, deflagradas pelo povo que sente traído pelos rumos tomados pela revolução.

O comandante expressa uma visão dialética dos problemas que afetariam o Estado angolano, pois para ele não se poderia escapar deles e não haveria outro meio de combatê-los. Assim, afirma ao Comissário Político que é uma grande mentira falar sobre um governo do povo, que este será senhor da nação, quando, na verdade, uns poucos, melhores dotados politicamente e intelectualmente governarão em nome do povo:

Porque é demagogia dizer que o proletariado tomará o poder. Quem toma o poder é um pequeno grupo de homens, na melhor das hipóteses, representando o proletariado ou querendo representá-lo. A mentira começa quando se diz que o proletariado tomou o poder. Para fazer parte da equipe dirigente, é preciso ter uma razoável formação política e cultural. (Pepetela, 1982, p.123)

Ora, este trecho de *Mayombe* nos faz lembrar o diálogo travado entre Masala e Nanga com os manis Mani-Vunda e Muxuebata, já reproduzido neste texto, em que os revolucionários tentam uma aliança com a aristocracia, prometendo-lhes entregar o poder depois de consumada a revolução, desde que obedecidas algumas condições, pelo fato de não se considerarem com experiência e condições intelectuais para governar, e acharem que os manis estavam mais aptos para assumir o poder e governar em nome do povo. E também lembra um dos motivos que deflagraram a intentona de Nito Alves, que era a reivindicação de uma maior participação das camadas populares no aparelho do estado em detrimento do enorme espaço ocupado pelos intelectuais.

Dessa forma, levando-se em consideração as semelhanças existentes entre a revolta ocorrida no reino do Congo em 1514 e a tentativa de golpe empreendida por Nito Alves em 1977; a declaração de Pepetela de que fez uma análise do poder num passado que pode ser transposta para o presente; e ainda as reflexões do autor expressas em *Mayombe*, parece-nos mais do que plausível a tese de Pires Laranjeira (1995) que relaciona *A revolta da casa dos ídolos* à intentona de 1977, numa relação alegórica em que aquela possui o “significado primeiro, aparente,” e esta o “significado outro, mais verdadeiro, que lhe é subjacente” (KOTHE, 1986, p. 18).

Parece-nos claro também que *A revolta da casa dos ídolos* e *Mayombe*, mesmo que indiretamente pelo fato da primeira situar-se num tempo distante e a segunda ter sido escrita no passado e por isso transmitirem a falsa ideia de que não se referiam ao presente, marcam o início da crítica de Pepetela ao regime angolano pós-independência<sup>4</sup>. A partir delas, a maioria de suas obras literárias conterà críticas ao regime de governo do MPLA, com o objetivo de levar os angolanos a refletirem sobre a realidade, utilizando-se para isso de uma escrita sempre pautada por “uma profunda ética e coerência de escritor crítico e todavia solidário”, conforme as palavras de Pires Laranjeira (1995, p. 146).

#### NOTAS

<sup>1</sup> Faculdade de Telêmaco Borba – FATEB

<sup>2</sup> Muitos romances políticos são alegóricos e não são datados historicamente. Veja-se, por exemplo, *Muana Puó* e *A montanha da água lilás*, ambas do próprio autor em análise.

<sup>3</sup> Mani: alto dignitário no reino do Congo. Membro da aristocracia do reino.

<sup>4</sup> Bairros pobres da periferia de Luanda.

<sup>5</sup> As obras do escritor publicadas anteriormente, *As aventuras de Ngunga* (1973), *Muana Puó* (1978) e *A corda* (1978) continham críticas apenas ao regime colonial português.

## REFERÊNCIAS

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 8 ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 2000.

CHAVES, Rita, MACEDO, Tania. *Portanto... Pepetela*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2002.

CZART, Malgorzeta. Consciência nacional angolana na obra teatral de Pepetela. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 10, 2009. Braga, Anais... Braga: Universidade do Minho. Disponível em <<http://www.xconglab.ics.uminho.pt/ficheiros/Volume01.pdf>>. Acesso em 10 de abril de 2011.

FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FERRAZ, Orlando. A convicção messiânica de Nito Alves. In: *Angonotícias*, 2005. Disponível em: [http://www.angonoticias.com/full\\_headlines.php?](http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?) Acesso em 20 de abril de 2011.

HILDEBRANDO, Antonio. A Revolta da Casa dos Ídolos: renovação e tradição. In: CHAVES, Rita, MACEDO, Tania. *Portanto... Pepetela*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2002

HOWE, Irving. *A política e o romance*. Trad. Margarida Goldsztajn. São Paulo: Perspectiva, 1998.

KOTHE, Flávio R. *A alegoria*. São Paulo: Ática, 1986.

\_\_\_\_\_. *Para ler Benjamin*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

LABAN, Michel. *Angola encontro com escritores*. Porto: Fundação Antonio Almeida, s. d.

LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Coimbra: Universidade Aberta, 1995.

LUKÁCS, Georg. *La novela histórica*. Mexico: Era, 1966.

PEPETELA. *A revolta da casa dos ídolos*. Lisboa: Edições 70, 1980.

\_\_\_\_\_. *Mayombe*. São Paulo: Ática, 1982.

SARTRE, Jean-Paul. *Que é a literatura?* 3 ed. Trad. Carlos Felipe Moisés. São Paulo: Ática, 2006.